



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – ABRIL DE 2017

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, na Sala Teatro Afonso Arinos, situada em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Claudio Partes, representante do segmento de artes plásticas, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis Arthur Varella, Marcelo Vieira, Leonardo Randolpho e Maria Luísa Rocha Melo, contando ainda com as seguintes presenças: conselheira Wanderléya de Oliveira e seu suplente Felipe Laureano, representantes do segmento de dança; conselheiro Jaime Moreno, representante do segmento de literatura; conselheira Jaqueline Ferreira e sua suplente Monica Valverde, representantes do segmento de cultura afrobrasileira, indígena e popular; conselheira Deise M^ª C. Göettnauer, representante da Secretaria de Educação; conselheira Gisele Gimenez Destro Carneiro, representante da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania; conselheira Regina Elena C. Guimarães, representante do segmento de teatro; conselheiro André de Amorim e sua suplente Louh Marques, representantes do segmento de música; conselheira Aline Castella, representante do segmento de audiovisual; conselheiro Leandro Jorge Kronemberger, representante da Secretaria de Esportes e Lazer; conselheiro Wesley Barreto, representante da Coordenadoria da Juventude; conselheira Josie Lopes de Brito, representante da Coordenadoria de Comunicação Social; conselheira Eva da S. Brandão, representante do segmento de artesanato; conselheiro Guilherme Barcelos, representante do segmento de cultura de rua, e conselheiro Carlos José Lima, representante do segmento de bandas marciais. Também presentes os visitantes Karina R. D'Assumpção, Andressa Canejo, Antenor J. V. de Carvalho (segmento de cultura germânica), Priscila Castro (dança), Maurício José Ferreira Araujo, Cristina Lima (artes plásticas), Luiz Marcello, Vania Moreira (teatro), Elisabeth Souza Silveira, Carlos Renato França, Adriana Semola (multiculturais), Gilson Domingos (FCTP), Marcia Cunha Ganem, Carla Coelho (Comunicação Livre), Robson Tavares da Silva e Robson Clayton (segmento de música).

Realizadas leitura e aprovação das atas referentes às assembleias ordinária e extraordinária ocorridas no mês de março, com a solicitação de acréscimos na primeira apontados pelos conselheiros, a saber:

- Monica Valverde havia solicitado a determinação do prazo para conserto e disponibilização dos banheiros e bebedouro localizados no terceiro andar do Centro de Cultura, quando, na ocasião foi respondido que a previsão seria para maio.

- André de Amorim falou sobre a importância de articular os membros integrantes do Conselho, muitos destes professores/instrutores, de forma a capacitar seus alunos a se inserirem no mercado de trabalho.

Foi dada a palavra a Leonardo Randolpho, que havia acabado de retornar da Câmara Municipal, informando que foi aprovada em primeira e segunda votação, dependendo então somente da sanção do governo, a criação do Instituto Municipal de Cultura e Esportes, que passará a ser administração direta da prefeitura. A então Secretaria de Esportes e Lazer passará a ser parte integrante do Instituto e a pasta de turismo será outra secretaria. Tomando conhecimento da estrutura aprovada, Leonardo Randolpho disse estar preocupado com seu funcionamento, informando que os cortes foram ainda maiores do que os originalmente apresentados pela equipe. Também apontou a criação do Fundo Municipal de Cultura e Esporte, sobre cuja destinação ainda não tinha informações. Declarou não estar satisfeito com esta configuração e, enquanto gestor de cultura, caso não houver revisão do projeto, será o primeiro a se retirar de suas funções. Claudio Partes disse que ficou surpreso com a total ausência de diálogo entre o poder público e a classe cultural, e perguntou há quanto tempo esta proposta está tramitando. Informou que no dia seguinte (11) estaria agendado um encontro entre o prefeito e os presidentes dos conselhos municipais, o que seria o momento

propício para questioná-lo sobre esta atitude. Questionou se em outras circunstâncias em que decisões devam ser tomadas, estas continuarão sendo feitas sem consultas prévias. Leonardo Randolph disse que, na verdade, os estudos para reforma administrativa vêm sendo realizados há mais tempo. Claudio Partes perguntou se o CMC vem participando das discussões, ao que foi respondido que não, sendo que, apesar de não haver ilegalidade nesta ação, concorda que é preciso que se abra este ponto para discussões. Guilherme Barcelos disse ter se entristecido com relação ao destino do Funcultura, que foi criado na Lei do Sistema Municipal de Cultura e que sequer foi mencionado sobre isso na última reunião do COMCIDADE. Disse ainda que seria importante rever esta situação por meio de conferências. Leonardo Randolph falou novamente sobre a sua preocupação com a situação apresentada e que por isso decidiu repartir com o Conselho, cujo clamor por certo sensibilizará o prefeito. Esclareceu que, apesar do Sistema Municipal de Cultura ser constituído por lei, a mesma poderá cair; daí a importância da discussão para que sejam mantidas as conquistas. Monica Valverde perguntou sobre a questão do orçamento e finanças a partir de agora, ao que foi respondido por Leonardo Randolph que os conselheiros não devem esperar que o gestor diga se dispõe ou não do recurso financeiro na conta e que o CMC deve ser forte o suficiente para pressionar a sua destinação. Após explicações sobre o funcionamento dos repasses à conta do Funcultura feitas por Leonardo Randolph, Arthur Varella relatou que ficou satisfeito quando soube que o governo convidaria os produtores e atores culturais para fazerem parte da reestruturação da FCTP, da qual ele também participou. Disse que foram três meses de estudos e trabalho até então, mas que, no final, foi votado um projeto de lei totalmente diferente daquele que foi apresentado anteriormente. Se declarou desiludido com a situação, dizendo que o que foi votado não funcionará enquanto instituição e que, dessa forma, também não continuará no governo. Claudio Partes observou que este foi um retrocesso para a cultura. Marcia Ganem apontou para a necessidade da classe artística se mobilizar e não deixar passar uma decisão dessa. André de Amorim sugeriu que se tenha uma reunião com o prefeito de forma a tentar reverter a ação, devendo a classe artística lutar pela arte e a sociedade civil lutar pela Fundação. Encaminhou que fosse marcada uma reunião extraordinária para maior esclarecimento do que vem acontecendo. Arthur Varella destacou que a classe deve ser ouvida, além de demonstrar que esta estrutura votada não funciona minimamente. Após todos se mostrarem de acordo com a mobilização organizada para manifestação contrária à situação, foi encaminhado e aprovado por todos a presença do maior número possível da classe artística e cultural, todos vestidos de preto em sinal de luto, na sede da prefeitura, no dia seguinte (11/04), às 9h, para tentar impedir que o projeto de lei seja sancionado. Todos concordaram também em gerar naquele momento um texto, com abaixo-assinado, que venha demonstrar a indignação da classe com este projeto. Leonardo Randolph realizou leitura do referido projeto de lei para conhecimento de todos. O manifesto elaborado encontra-se anexado na presente ata.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Claudio Partes.

Petrópolis, 10 de abril de 2017.

Maria Luísa Rocha Melo
1ª. secretária – CMC

Claudio Partes
Presidente